



**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED
II SEMINÁRIO: O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA PG
BRASILEIRA: DESAFIOS PARA ARTICULAR
EXPANSÃO E QUALIDADE**

anped

AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES DO FOPROP

**Prof. Dr. Joviles Vitorio Trevisol
Presidente do FOPROP**

Pró-Reitor de PPG da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Joviles.trevisol@uffs.edu.br

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2018.

SEDE DO FOPROP – BRASÍLIA DF



INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS AO FOPROP POR REGIÃO (2016)

REGIÃO	NÚMERO
CENTRO OESTE	16
NORTE	33
NORDESTE	50
SUDESTE	63
SUL	79
TOTAL	241

FONTE: Secretaria Executiva do FOPROP, 2016.

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS AO FOPROP POR SEGMENTO (2016)

SEGMENTO	NÚMERO
INSTITUTOS	20
PÚBLICAS FEDERAIS	94
PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	35
CONF/COMUNITÁRIAS	45
PARTICULARES	47
TOTAL	241

FONTE: Secretaria Executiva do FOPROP, 2016.

1- Plano Institucional de Desenvolvimento da Pós-Graduação

O Plano explicitará, entre outros aspectos, as áreas prioritárias (estratégicas) a partir das quais a instituição pretende consolidar a sua pós-graduação, a pesquisa, a inovação, assim como a sua inserção regional, nacional e internacional. As propostas de cursos novos (APCNs) devem fazer menção ao Plano Institucional aprovado, **devendo ser obrigatório o seu envio, em anexo**. Isso permite planejar a expansão da pós-graduação a partir das condições efetivas das instituições (corpo docente, infraestrutura e disponibilidade de orçamento) e dos contextos regionais onde estão inseridas. Tem havido muita **proliferação de cursos**, com linhas de pesquisa repetidas e com baixa inovação. **Muitos programas são cópias uns dos outros**. Parte dos docentes, inclusive, acaba transitando nos mesmos programas. Em algumas IES a qualificação deverá envolver a **fusão** de programas.

2- Fortalecer a dimensão formativa da pós-graduação.

O “produtivismo” tem levado a grande maioria dos programas a priorizar a publicação em detrimento da formação. Os estudantes são pressionados a publicar sem ter construído domínios sobre o(s) campo(s) de pesquisa onde estão inseridos. **Como ação prática nessa direção, estimular a elaboração do Projeto Pedagógico do Programa (como desdobramento do APCN).**

3- Estimular a fusão de programas

Possibilitar a **fusão de programas** por meio do lançamento de um edital da CAPES (ao término do quadriênio) destinado a recepcionar as propostas apresentadas pelas instituições.



4- Auto-avaliação dos Programas de Pós-Graduação

Instituir a auto-avaliação dos programas sob uma coordenação institucional (**pró-reitorias ou órgãos equivalentes**), ou seja, todos os programas da instituição se avaliam a partir de critérios (orientações, diretrizes) definidos pelo CTC-ES ou pela própria instituição, de acordo com o Plano Institucional. O item **“auto-avaliação”** **poderia ser inserido na Plataforma Sucupira, para que os PPG** relatem os principais resultados e encaminhamentos. A auto-avaliação poderia, talvez, ser incorporada como parte da própria avaliação do programa que as áreas e o CTC-ES fazem no quadriênio.

5- Avaliação de “meio-termo”

Fortalecer a avaliação de “meio termo”, sob a coordenação das Áreas de Avaliação da CAPES, pois ela insere a avaliação como processo (e não como resultado, estritamente). No quadriênio passado a avaliação de “meio-termo” produziu resultados muito positivos.



6- Assimetrias e desigualdades (intra)regionais

Implementar uma sistemática de avaliação que dimensione (e responda) melhor às **assimetrias e desigualdades regionais**. A avaliação centrada na qualidade “igual para todos” considera de forma insuficiente as assimetrias e as desigualdades históricas entre as regiões e microrregiões do país, bem como as especificidades e missões de cada PPG. Propomos a implementação de uma **avaliação multidimensional**. Os programas não precisam ser excelentes em todos os itens. Devem ser excelentes a partir de sua missão (objetivos).

7- Dimensionar melhor na avaliação os impactos (papel) da pós-graduação no desenvolvimento local, regional ou nacional

A produção científica e técnica é uma das suas dimensões, mas é necessário que os impactos positivos da presença da pós-graduação na formação e no desenvolvimento das regiões seja considerado como fator fundamental e como um “conteúdo real” que os números nem sempre traduzem. Deve-se dimensionar a formação e a qualificação de profissionais, mas também os impactos econômicos e sociais, decorrentes do avanço do conhecimento. **O item “inserção social” da ficha deve-se chamar “impacto social”.**

8- Equilibrar as dimensões “quantitativas” e “qualitativas” da avaliação.

Prevalece uma concepção quantitativa na avaliação e o peso numérico estimula os programas a buscar uma prática “produtivista” exagerada que, em muitos casos, resulta em produção de baixa qualidade e de baixo impacto. O “produtivismo”, quando transformado em cultura acadêmica no interior dos programas, tende a negligenciar a fundamental importância da formação do pós-graduando. Uma avaliação que valorize mais os aspectos qualitativos dos programas exige revisão dos quesitos de avaliação.

9- Aprimorar a atual ficha de avaliação (não extingui-la).

Dada a sua história, a ficha materializou uma cultura de avaliação no Brasil e, por conseguinte, moldou a própria pós-graduação. Sua extinção produzirá grande impacto no Sistema. **Propõe-se ajustar a ficha a partir de uma concepção multidimensional de avaliação.**



**10- Atribuir
mais peso ao
quesito
EGRESSOS.**

Os egressos do programa têm peso reduzido na avaliação. O principal “produto” ou resultado de um programa é a formação de quadros, pessoas, lideranças. É fundamental dimensionar a atuação dos egressos no mundo do trabalho e nos demais espaços onde atuam. Produção acadêmica, técnica e tecnológica, inserção profissional, liderança exercida, são aspectos a serem avaliados. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um mecanismo de acompanhamento dos egressos no âmbito da Plataforma Sucupira.

11- Diferenciar a avaliação de ingresso (recomendação do programa) e avaliação de programa em funcionamento

A avaliação para o ingresso no sistema (cursos novos - APCNs) não deveria se dar com base nas exigências de um programa em funcionamento. **A avaliação de ingresso deve ser apenas “recomendado” ou “ não recomendado”.** Não há necessidade de atribuir nota no início.



12- Ampliar os estratos de avaliação (Notas) e tempos distintos para avaliação dos estratos.

O sistema atual utiliza poucos estratos para discriminar milhares de PPGs. Com isso, há uma concentração indesejada de PPG em um mesmo estrato sem que haja uma devida separação por desempenho. Assim, a magnitude do sistema e a enorme complexidade demandam ampliar os estratos. Não há necessidade de avaliar programas 06 e 07 a cada quatro anos. Não é salutar para o SNPG uma única avaliação para todos os programas e todos os níveis. Além disso, programas com 15 docentes não deveriam ser avaliados da mesma maneira que programas com 60 ou mais docentes.

13- Reorganizar das Áreas de Avaliação do CTC.

É necessário um redesenho das áreas. Hoje são 49. É possível fundir sem qualquer prejuízo. Ao invés de ampliar a avaliação pela especificidade, é melhor avaliar por meio de áreas mais abrangentes. A expansão das áreas dificulta e faz emergir culturas avaliativas muito distintas.



14- Redefinir e ampliar as atribuições dos Colégios do CTC.

Os três Colégios podem funcionar como câmaras, cabendo a elas a análise e a deliberação sobre uma série de assunto como (i) construção de um qualis unificado; (ii) revisão dos Documentos de Área; (iii) análise dos APCNs etc.



16- Aprimorar o sistema Qualis.

O Qualis exerceu um papel importante no sentido de permitir a comparação da produção por Áreas distintas. Por exemplo, um produto A1 em uma Área de Avaliação deveria ter o mesmo reconhecimento em outra área, ou seja, tratar-se-ia de uma produção de excelência de equivalente internacional. Algumas áreas criaram artificialmente uma classificação da sua produção mais qualificada desconectada com o mundo, criando um cenário fictício de internacionalização. **Propõe-se, em primeiro lugar, a construção de um “Qualis” mais unificado por grandes áreas.** Em segundo lugar, a alteração da classificação do Qualis produz prejuízos enormes aos programas. A classificação deve perdurar mais tempo. **O Qualis não pode ser definido ao término do quadriênio.**

17- Reorganizar a Área Interdisciplinar.

Deixar na Inter os programas que, dada a sua especificidade, não podem ser acolhidos pelas áreas disciplinares. Fortalecer a vocação da Inter, de ser uma área que recepcione e incuba programas com desenhos inovadores.



18- Extinção da distinção entre docente permanente e docente colaborador.

Um PPG é composto por um Corpo Docente que deve estar comprometido com a qualidade de formação dos pós-graduandos. Portanto, criar hierarquias dentro de um PPG não nos parece sensato. A função e atuação do docente devem estar explicitadas na Proposta do Programa e, em hipótese alguma, deveriam pesar negativamente na Avaliação. Um Docente pode ter um papel fundamental na formação dos pós-graduandos, sem, entretanto, ter a exigência de atingir indicadores de produção de excelência. São coisas complementares e não excludentes. A produção de um PPG deve ser avaliada por um “core” de docentes que participa diretamente na orientação de alunos.

**19-
Redimensiona
mento
(ampliação) das
visitas e
diligências.**

As visitas cumprem um papel muito importante na relação entre o programa, a instituição e a Coordenação de Área da Capes. Trata-se de um aprendizado mútuo de grande valor. A Plataforma Sucupira não traduz a dinâmica cotidiana do programa na instituição e na região. As regiões mais distantes raramente são contempladas com visitas. As visitas são mais facilmente aceitas e realizadas nos estados e cidades das regiões Sudeste e Sul.

19- Convergência entre o Fomento e a Avaliação

O financiamento da pós-graduação foi - e deve continuar sendo – uma dimensão essencial da qualificação da pós-graduação. O fomento aos cursos novos é tão importante quanto o destinado aos programas mais antigos e consolidados. É necessário, no entanto, reduzir distorções no fomento. A Diretoria de Programas e Bolsas (DPB) deve prosseguir e aprofundar o trabalho que vem sendo realizado de identificar e corrigir distorções na distribuição de bolsas e de recursos do PROAP e PROEX. O fomento deve ser diferenciado entre os estratos (notas dos programas), mas é preciso considerar que o SNPG cresceu muito na última década. Os cursos novos precisam do fomento para se consolidarem. Ainda há distorções na distribuição dos recursos entre os cursos mais antigos e cursos implantados nos últimos anos.



OBRIGADO !!!